



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 07/98

Autoriza o Município a firmar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, visando a recuperação da fertilidade dos solos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Artigo único - Fica o Município autorizado a firmar convênio com Estado do Rio Grande do Sul, visando a recuperação da fertilidade dos solos, em acordo com o seguinte texto:

"CONVÊNIO

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, E O MUNICÍPIO DE AGUDO, VISANDO O PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA FERTILIDADE DOS SOLOS DO RIO GRANDE DO SUL - SUBPROJETO TROCA-TROCA DE CALCÁRIO.

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, neste ato representado por seu Governador do Estado **Sr. Antônio Britto**, com interveniência da SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, doravante denominada **ESTADO**, neste ato representada pelo titular da Pasta, **Dr. Cezar Schirmer**, e o Município de AGUDO, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. Lauro Reinoldo Reetz**, acordam em assinar o presente CONVÊNIO, sob as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente Convênio tem como objetivo levar o PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA FERTILIDADE DOS SOLOS DO RIO GRANDE DO SUL - SUBPROJETO TROCA-TROCA DE CALCÁRIO a pequenos produtores rurais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

Decreto Legislativo nº. 07/98 - 2

**CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES**

1 - DA SECRETARIA

Efetuar o pagamento de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), referente a 1.000 (Hum mil) toneladas de calcário agrícola FOB indústria, a ser adquirido pelo **MUNICÍPIO**, de acordo com as seguintes normas e limites:

1.1 - o valor unitário máximo a ser financiado pelo Subprojeto será de R\$ 10,00/t (Dez reais por tonelada), para o calcário FOB indústria;

1.2 - a quantidade máxima de calcário a ser financiada para o **MUNICÍPIO** é fixada de acordo com o número de propriedades de até 50ha nele existentes, conforme a tabela a seguir:

- até 300 propriedades até 1.500t
- de 301 a 800 propriedades até 2.000t
- mais de 800 propriedades até 2.500t.

2 - DO MUNICÍPIO

2.1- realizar a aquisição, dentro das normas legais, do calcário agrícola referido no item 1;

2.2 - transportar e repassar aos produtores, na quantidade máxima de 10 toneladas de calcário para cada família a ser beneficiada, que estejam enquadradas nas condições abaixo:

- 2.2.1** - detenham a posse ou propriedade do imóvel cuja área não ultrapasse 50ha para municípios que tenham módulo fiscal até 25ha e 100ha para municípios cujo módulo fiscal é superior a 25ha;
- 2.2.2** - tenham na exploração agropecuária a sua única fonte de renda;
- 2.2.3** - residam no imóvel ou na comunidade rural;
- 2.2.4** - executem práticas de conservação de solos em suas propriedades;

2.3 - responsabilizar-se pela cobrança e pagamento do montante apurado e devido pelos beneficiários, assumindo a inadimplência que vier a ocorrer;

2.4 - encaminhar, até o dia 30 de junho de 1998, à Coordenação Estadual do Subprojeto Troca-Troca de Calcário, a listagem dos produtores beneficiados com a respectiva quantidade de calcário recebida;

2.5 - restituir, ao FEAPER/Troca-Troca, em junho de 2001, o valor devido, em reais ou moeda vigente à época, a seguir estipulado:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

Decreto Legislativo nº. 07/98 - 3

a) o equivalente a “*valor do calcário financiado X 8,955*” kg de grãos de milho destinado ao consumo, totalizando o presente Convênio em 134.325kg (cento e trinta e quatro mil trezentos e vinte e cinco quilogramas).

b) o **MUNICÍPIO** poderá deixar de recolher até 30% (trinta por cento) do valor devido ao FEAPER, desde que o valor não recolhido seja alocado no fundo municipal de desenvolvimento da agricultura, para reaplicação em projetos/programas de melhoria da fertilidade dos solos no **MUNICÍPIO**, de acordo com o disposto no artigo 2º, inciso IV do Decreto n.º 38.136, de 23 de janeiro de 1998.

c) fornecer, oportunamente, à Coordenadoria Estadual do Subprojeto Troca-Troca de Calcário os elementos necessários ao cumprimento de suas obrigações previstas na Cláusula Quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DOS RECURSOS**

Para a execução do PROJETO RECUPERAÇÃO DA FERTILIDADE DOS SOLOS DO RIO GRANDE DO SUL - SUBPROJETO TROCA-TROCA DE CALCÁRIO serão utilizados recursos do Tesouro do Estado, através do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER.

**CLÁUSULA QUARTA
DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS**

A **SECRETARIA** se comprometerá a repassar a receita auferida com base na Cláusula Terceira, ao Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER.

**CLÁUSULA QUINTA
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O **MUNICÍPIO** efetuará o pagamento do calcário em reais ou moeda vigente à época, diretamente à conta FEAPER/PROGRAMA TROCA-TROCA DE CALCÁRIO, BANRISUL, Agência 100 - Central, Porto Alegre/RS, conta n.º 03.168609.0-8, encaminhando à Coordenadoria Estadual do Subprojeto Troca-Troca de Calcário documento hábil do valor efetivamente restituído.

§1º- O valor em reais ou moeda vigente à época a ser restituído, conforme Cláusula Segunda, item 2.5, será obtido com base no preço mínimo do milho vigente no dia da restituição.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

Decreto Legislativo nº. 07/98 - 4

§2º- quando a inadimplência for pelo descumprimento do disposto na Cláusula Segunda, subitem 2.3, e der-se pela Prefeitura conveniada, obrigar-se-á essa a autorizar, no prazo de 10 dias seguintes ao do descumprimento, a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul a reter crédito seu, decorrente do ICMS até o montante do débito para com o Projeto.

§3º- a recusa em proceder na autorização referida no Parágrafo anterior, excluirá de imediato a Prefeitura conveniada inadimplente do Programa, ficando impedida de participar deste e de outros Programas que a Secretaria da Agricultura venha a desenvolver, salvo venha cumprir com o disposto no Parágrafo Segundo da Cláusula Quinta.

**CLÁUSULA SEXTA
DO PRAZO**

O presente Convênio terá vigência até que seja cumprido o disposto na Cláusula Segunda, item 2.3.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DA RESCISÃO**

O não cumprimento de quaisquer das cláusulas ajustadas acarretará imediata rescisão do presente Convênio, com os ônus decorrentes, reservando-se ao Estado a adoção de medidas extrajudiciais competentes.

**CLÁUSULA OITAVA
DA PUBLICAÇÃO**

Este Convênio será publicado após o seu encaminhamento à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para conhecimento, no órgão de divulgação oficial do Estado.

**CLÁUSULA NONA
DAS DIVERGÊNCIAS**

Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Convênio.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

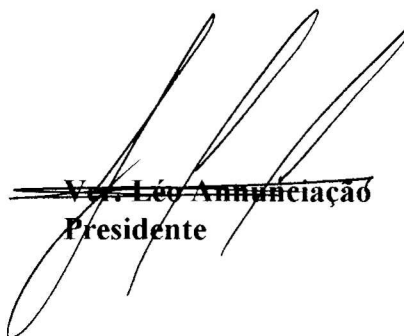
Decreto Legislativo nº. 07/98 - 5

E, por assim convencionarem, lavrou-se este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual é assinado pelas partes intervenientes, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

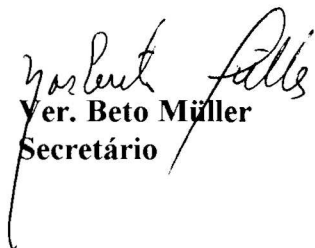
Porto Alegre, de de 1998.

(Ass.) **ANTÔNIO BRITTO** - Governador do Estado / **LAURO REINOLDO REETZ** - Prefeito Municipal de AGUDO / **CEZAR AUGUSTO SCHIRMER** - Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento."

AGUDO, AOS 31 DE MARÇO DE 1998.-


~~Ver. Léo Amuniação~~
Presidente

Registre-se e Publique-se


Ver. Beto Müller
Secretário